



EXPRESSÕES GEOGRÁFICAS

REVISTA ELETRÔNICA DOS ESTUDANTES DE GEOGRAFIA DA UFSC

www.geograficas.cfh.ufsc.br ISSN 1980-4148 - Web Qualis/CAPES

TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM LAGUNAR: A FORMAÇÃO DOS BALNEÁRIOS DE PELOTAS-RS

TRANSFORMATION OF LANDSCAPE LAGOON: THE FORMATION OF BATHHOUSE PELOTAS-RS

Keli Siqueira Ruas¹

RESUMO: Tomando como pano de fundo o processo modernizador, o presente artigo procura mostrar que as mudanças impulsionadas por esse fenômeno não se limitam ao setor econômico, mas afetam a produção do espaço urbano. O local de estudo foi à cidade de Pelotas, localizada ao sul do Estado do Rio Grande do Sul. O foco maior foi analisar as estratégias entre o Poder Público e os proprietários fundiários na produção das segundas residências, destacando a mútua dependência entre os procedimentos materiais e simbólicos na apropriação, valorização e a sofisticação da natureza. Para tanto, foi fundamental a noção de espaço apreendido no movimento dialético, que o define como condição, meio e produto da ação humana. O artigo sinaliza que a ação do Estado na criação dos balneários de Pelotas é parte de um jogo histórico, no qual determinados setores impõem a sua visão de planejamento conforme seus interesses, privilegiando os lucros em detrimento da qualidade de vida urbana.

PALAVRAS-CHAVE: Produção do espaço; Valor; Paisagem; Orla lagunar de Pelotas.

ABSTRACT: Having as background the process of modernization, this article shows that the changes driven by such phenomenon are not confined to economy, but it affects the production of urban space. The study took place in Pelotas, a city in Rio Grande do Sul State. The focus was to analyze the strategies between public authorities and land owners in the production of a new space for leisure in the city, highlighting the mutual dependency between the material and symbolic in the appropriation procedures, valuation and sophistication of nature. The understanding of space in the dialectical movement, which seized the sets as a condition, means and product of human action was crucial though. The article highlights that the action of

¹Graduada em Geografia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) Contato: keli.ruas @gmail.com.

the State in creating the beach area in Pelotas is part of a historical game, in which certain groups are imposing their vision of as their interests, favoring profit instead of the quality of urban life.

KEYWORDS: Production of space; Value; Landscape; Lagoon shoreline of Pelotas.

INTRODUÇÃO

A discussão deste artigo está centrada na produção do espaço costeiro e nas consequentes transformações de suas paisagens². A zona costeira, em função de seu papel socioambiental vital, corresponde a nível mundial as áreas mais densamente ocupadas. Estima-se que “em 2100 cerca de 75% da população mundial estará concentrada na zona costeira” (PNUMA, 1992 *apud* CASTRO; MORALES, 2006).

No Brasil, ocupação mais intensa das áreas costeiras deu-se em maior parte a partir do pós-guerra. Nesse período, a partir de uma nova divisão internacional do trabalho houve a industrialização parcial de alguns países da América Latina. Em paralelo, houve uma ampla urbanização, gerando uma série de mudanças relacionadas à sua estrutura socioespacial, sobretudo, na forma de organização e ocupação das cidades litorâneas. Uma das consequências desse processo é a chamada “explosão urbana”, que se manifesta com a crescente valorização do solo, crescimento das cidades e perda de recursos naturais. Conforme aponta Moraes (1997, p.38) um dos aspectos marcantes nesses espaços foi a construção de segundas residências. Elas geraram “novos fenômenos culturais e espaciais como a valorização das áreas dotadas de amenidades e a incorporação do rural ao espaço urbano”. Ao utilizar este espaço como área de lazer, recreação e turismo impulsionaram o crescimento físico territorial das cidades e a formação de novas territorialidades alterando não só as paisagens costeiras, mas também a noção do que é espaço público.

Desta forma, este artigo discorre acerca das transformações da paisagem lagunar de Pelotas, município situado ao sul do Estado do Rio Grande do Sul. O objetivo principal é analisar as estratégias estabelecidas entre o Poder Público e os proprietários fundiários locais na incorporação de uma área rural ao espaço urbano na forma de balneário. O trabalho destaca a apropriação e valorização do litoral lagunar, uma vez que, as praias de água doce e salobras não possuem o mesmo *status* que praias banhadas por oceanos. Para tanto, fez-se necessário uma

² "Paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza"(SANTOS, 2008, p. 103).

análise do processo histórico de transformação da natureza e das relações de produção associadas a esse processo. De acordo com Santos (1996) “o espaço é a acumulação desigual de tempos”. Logo, determinar a configuração espacial atual de um determinado território, sem o conhecimento das relações sociais passadas que engendraram tal produção material em um contexto específico é inviável. O passado ganha um viés temporal antecedente, mas ganha papel presente como constituinte do espaço, suas formas e objetos encontrados na paisagem. Portanto, buscou-se analisar o espaço lagunar pelotense como sendo produzido, reproduzido e transformado pela sociedade.

A abordagem analítica adotada tem base teórico-metodológica na produção do espaço urbano sustentada, principalmente, no trabalho de Lefebvre (1971, 2008) e seu método dialético regressivo-progressivo, em Corrêa (1989), Carlos (1994) e Moraes (2007).

A fim de registrar os relatos de sujeitos que vivenciaram o auge da modernidade das práticas de lazer nas praias lagunares, revelar as formas de apropriação deste meio físico e suas alterações adotaram-se os seguintes procedimentos:

- levantamentos de textos jornalísticos da imprensa local e consulta a coleção Cadernos de Pelotas José Vieira Etcheverry, sobre o Laranjal. A partir deste material foi possível identificar a confluência de interesses existentes entre empreendedores, Poder Público local e imprensa na transformação da paisagem lagunar, bem como alguns aspectos das práticas de lazeres na praia do Laranjal em seus primórdios.
- trabalho de campo e entrevistas semiestruturadas e abertas com os sujeitos de maior representatividade de fala.
- pesquisas sobre registros fotográficos e documentos antigos, tais como plantas dos loteamentos e licitações que revelaram as formas de apropriação do meio físico e suas alterações.

VALORIZAÇÃO DOS ESPAÇOS LITORÂNEOS

De acordo com Moraes (2007, p.19) a valorização das áreas costeiras está associada às possibilidades de obtenção de recursos e serviços dos ecossistemas, como o fornecimento de alimentos, de recursos minerais, do desenvolvimento industrial, de transporte além de abrigar uma grande biodiversidade. Isso levou o autor a classificar a zona costeira como “um espaço que possui um valor contido, denominado de valor do espaço, em diferenciação com o valor criado definido como valor no espaço”.

Ao analisar a passagem do tempo, observou-se que o valor atribuído ao espaço litorâneo esteve sujeito a processos de reinterpretação. Inclusive, num mesmo período histórico, não há um padrão de comportamento e sentido consensual atribuído à praia, pois grupos sociais dotados de diferentes espécies de capital simbólico atribuíam significados diferentes a esse espaço, o que impossibilita situar com precisão quando estes sujeitos passaram a expressar o desejo de frequentar a praia.

No entanto, conforme os autores que estudam a evolução histórica dos comportamentos sociais na praia: “durante o século XVIII e a primeira metade do século XIX, a praia é frequentada com finalidade terapêutica; na segunda metade do século XX transforma-se progressivamente num lugar de aventura e sedução e desde meados do século XX se converteu num local de consumo e de transformação” (WALTON; SHIELDS; ROJECK, *apud* MACHADO, 2000, p.204).

Com o desenvolvimento do capitalismo, o espaço da praia deixou de ser um “território vazio” e o mar um “símbolo do caos, do dilúvio e da punição divina” (CORBIN, 1989), para se tornar local de prática civilizada e de distinção social, com novas leituras e emoções. Conforme aponta o historiador Hobsbawm:

O capitalismo industrial produziu duas formas de prazer: turismo e viagens de verão para a burguesia, e pequenas excursões mecanizadas para as massas, em alguns países como a Inglaterra. Ambas eram os resultados diretos da aplicação do vapor no transporte, já que pela primeira vez na história, viagens regulares e seguras eram possíveis para grande quantidade de pessoas e bagagens e por qualquer tipo de terreno ao mar (1982, p.216-17).

No Brasil, até o início do século XX, os habitantes da praia ou eram parte de populações tradicionais ou sujeitos pobres fixados em vilas de pescadores. Porém, a presença de um novo grupo, os veranistas, impõe uma nova racionalidade ao espaço-praia.

A associação entre litoral e “indústria do lazer”, impulsionada pela expansão da rede rodoviária e uso intenso de automóveis proporcionou o desenvolvimento de cidades turísticas e balneárias. Um dos aspectos marcante nesses “novos” espaços foi o estímulo à construção de segundas residências. Essas, segundo Moraes (2007, p.38), foram responsáveis pelos “novos fenômenos culturais e espaciais, como a valorização das áreas dotadas de amenidades e a incorporação do rural ao espaço urbano”.

A ação da indústria cultural, levando a sociedade a criar novos hábitos, como a valorização social do banho de mar, veraneio, consumo e, até mesmo, da alteração das formas de morar, também somou para este processo. O cinema cria e difunde imagens caracterizando as zonas de praia a

verdadeiros paraísos terrestres. O modo de vida urbano³ passa a ser difundido, não constituído pela cidade, mas por novas territorialidades⁴.

Nesse processo de valorização da natureza, além das zonas costeiras, os espaços com vista para os corpos d'água, como as margens de rios e lagos, também somaram no fator localização de amenidades relacionadas à beleza das formas naturais, tendo sua ocupação associada a sujeitos mais abonados. Nessa perspectiva, a natureza é apropriada e produzida como ideia e objeto pelas empresas do mercado imobiliário. Tais empreendimentos alteram substancialmente o lugar, transformam a “natureza primeira” no que Harvey (2000, p. 219) chamou de “Disneyficação da Natureza”, termo usado pelo autor para definir o reencantamento da natureza como objeto de consumo e objetivo central da mercantilização. A natureza artificializada perde suas características originais e passa a ser padronizada. Transformada em objeto de desejo à disposição de quem por ela pode pagar. Desta forma, com a popularização do veraneio marítimo, os espaços litorâneos passaram a ser engendrados tanto pela valorização, como também pela urbanização.

CARACTERÍSTICAS DA ZONA COSTEIRA DO LITORAL SUL DO RIO GRANDE DO SUL

O litoral do estado do Rio Grande dos Sul, estende-se desde Torres (norte do estado) até a desembocadura do Arroio Chui (sul do estado), formando a mais extensa planície costeira do Brasil (TOMAZELLI; VILLWOCK, 2000).

O sul da planície costeira do RS tem uma extensão de 13.110 km de litoral lacustre-marinho interno. Este corresponde ao “maior complexo lagunar do mundo formado pelas lagoas dos Patos e Mirim” (SEELIGER, 2004, p. 12), dando um aspecto peculiar à paisagem da planície costeira brasileira. Estas lagoas tiveram sua formação associada a quatro eventos transgressivos regressivos que resultaram em sistemas deposicionais do tipo laguna-barreira.

Conforme Seeliger (2004, p.16), “este processo teve início há cerca de 400 mil anos atrás no período pré-histórico chamado Pleistoceno”, onde ocorreram os primeiros eventos originando os

³De acordo com as ideias de Lefebvre, o urbano é usado como metáfora para definir o espaço social redefinido pela urbanização contemporânea. A expressão “sociedade urbana” é entendida como uma síntese dialética (e virtual) da dicotomia cidade-campo, superada na etapa contemporânea do capitalismo, que o autor denominou de sociedade burocrática do consumo dirigido (LEFEBVRE, 1991).

⁴“A territorialidade é o acontecer de todas as atividades cotidianas, no espaço do trabalho, do lazer, da igreja, da família, da escola etc; resultado e determinante do processo de produção de cada território, de cada lugar; é múltipla e, por isso, os territórios também o são, revelando a complexidade social e, ao mesmo tempo, as relações de dominação de indivíduos ou grupos sociais com uma parcela do espaço geográfico, outros indivíduos, objetos, relações” (SAQUET, 2007, p.129).

sistemas deposicionais I, II e III, sendo finalizado no Holoceno com o sistema IV, que resultou no fechamento da laguna.

A Laguna dos Patos representa a maior massa de água presente em território nacional com área aproximada de 10.000 km², possui cerca de 250 km no sentido NE-SO, com uma largura média de 60 km e profundidade em torno de 6 metros. O volume de água que a laguna recebe é oriundo da drenagem das águas de cinco dos mais importantes rios do Rio Grande do Sul (Taquari, Jacui, Gravataí, Sinos e Caí) e em menor volume do o rio Camaquã. Essas águas drenam a macro região onde se pratica a agricultura intensiva e a região metropolitana. A região da grande Porto Alegre possui população de mais de quatro milhões de pessoas e um grande e diversificado parque industrial, concentrado nas áreas petroquímica e alimentícia. Essa água contendo alta carga de poluentes deságua na Laguna dos Patos através do lago Guaíba e chega ao Oceano Atlântico através de uma estreita barra, no extremo sul da Laguna dos Patos, onde ocorre a mistura das águas doces e salgadas, conformando uma região estuarina de águas salobras.

No extremo sul, onde a laguna banha o litoral de Pelotas, ocorre a formação de uma reentrância que se estende entre a Ponta da Feitoria e a foz do Canal São Gonçalo conhecido como saco do Laranjal. Nessa enseada, onde a laguna é bastante rasa estão localizados os balneários de Pelotas como mostra a Figura 1.

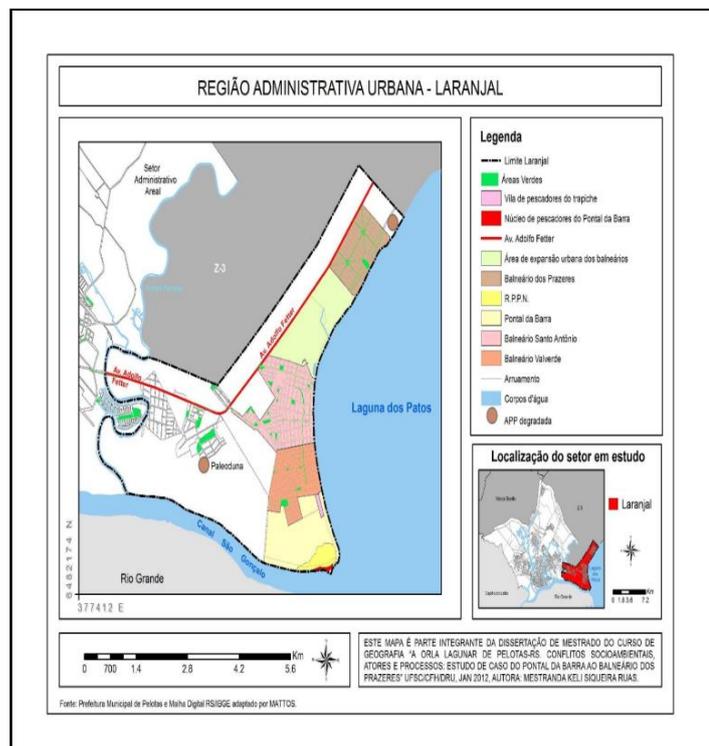


Figura 1: Mapa de Localização da área de estudo.

Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas e Malha Digital RS/IBGE adaptado por Matos, 2012.

Por tratar-se de uma porção mais abrigada em relação ao restante da laguna, esse saco possui inúmeras características peculiares de morfologia, dinâmica hídrica e eólica, como a tendência de reprocessamento de suas águas pela ação dos ventos nordeste em determinadas épocas do ano, o que dificulta a dispersão dos poluentes.

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO-PRAIA EM PELOTAS

Em Pelotas, até a metade do século XX quem frequentava praias e balneários era a elite local. Dentre os pontos mais apreciados estavam os balneários cassinos uruguaios⁵, e o Balneário Vila Sequeira, como era chamado inicialmente a praia do Cassino. Uma parte dessa elite era composta por familiares, conhecidos e amigos da família Assumpção, herdeira da Estância Nossa Senhora dos Prazeres ou Laranjal situada às margens da Laguna dos Patos.

Esse grupo também costumava frequentar, nos finais de semana, a orla lagunar de Pelotas, conhecida como praia do Laranjal, onde a família Assumpção morava em suas grandiosas e aprazíveis sedes das antigas fazendas, que na época fazia parte da área rural do município. Conforme relato de Felipe Assumpção Gertum⁶, no início do século XX “formavam-se caravanas para ir passar os domingos e feriados na beira da laguna”. Apesar das precárias vias de acesso à orla através da lenta travessia de balsa, o hábito começou a ser difundido em setores da população local. Relatos mais detalhados descrevendo o cotidiano vivido na época, publicados nos cadernos Echeverry apontam:

Com a licença dos proprietários Sr. Arthur e Judith Assumpção, os caravaneiros iam acampar na sua estância, e lá se apanhava sol, ia-se ao banho, sestiava-se, lia-se a sombra do abundante mato, matavam-se cobras, lagartos. [...] Na ida e na volta, a gente geralmente tirava um “peludo”, que se traduz por “ficar com o carro enterrado na areia”. No regresso a cidade, à tardinha, havia o horror de enfrentar a fila de veículos que esperavam a vez de passar na balsa, no histórico rio Pelotas. [...] a odisséia se repetia todos os domingos e feriados” (ECHEVERRY, 1996, s/p).

Fica evidente, portanto, como era a paisagem lagunar em sua forma mais preservada, onde surge certa demanda pelas práticas de lazer junto à praia do Laranjal, mesmo esta sendo originária a

⁵As praias uruguaias encantavam e continuam a encantar “muitos brasileiros principalmente aqueles que se identificam com os nobres anseios do povo irmão, cujo progresso é motivo de orgulho para toda a América, uma estadia na bela Praia de Artigas significa todas as vantagens de uma fuga ao cotidiano, sem esquecer o encanto de um idioma diferente, mas que se entende com facilidade” (DIÁRIO POPULAR, 15/11/1952, p. 8).

⁶Escritor e neto de Arthur de Assumpção, loteador do balneário Valverde, em entrevista aberta à autora, setembro de 2011.

partir de uma pequena parcela privilegiada da sociedade pelotense que igualmente frequentava praias de mar.

Observando que um número bem expressivo de pessoas passou a procurar suas terras para desfrutar de lazer junto à orla da laguna com certa regularidade, o proprietário, empreendedor e homem público (articulado nos núcleos de poder), Antônio Augusto de Assumpção Junior⁷, vislumbrou a possibilidade de lucrar com tal contexto. Assim, buscou converter uma área de produção agrícola secundária em um espaço de exploração econômica, através do setor imobiliário, voltado para o turismo e lazer. Visava, também, criar um espaço de moradias diferenciadas seguindo os exemplos bem sucedidos encontrados em outras localidades do Brasil e Uruguai.

ESTRATÉGIAS DOS EMPREENDEDORES PARA A CRIAÇÃO DOS BALNEÁRIOS

A ocupação das praias tornou-se um elemento muito importante para o desenvolvimento do turismo enquanto atividade econômica indutora e produtora dos territórios à beira-mar. Conforme Pesavento (1996, p.10) “A vivência da modernidade implica a construção de um imaginário social, correspondendo a representações coletivas da sociedade global, que comporta os desejos, sonhos e utopias de uma época”.

Assim, uma das estratégias para a criação dos balneários do Laranjal foi ampliar a demanda de veranistas. Primeiro, difundiu-se entre a sociedade pelotense, o hábito de frequentar praias e de veranejar, com o apoio das notícias jornalísticas que cumpriam o papel de estimular na sociedade esse novo hábito; para tal usava-se uma linguagem que buscava valorizar a propriedade que daria lugar ao futuro balneário do Laranjal. Conforme mostram documentos jornalísticos da época, foi criada a firma J. C. Di Luca & Bender, com a finalidade de divulgar vistosos anúncios de meia página e página inteira em jornais, enaltecendo as belezas da praia do Laranjal e incentivando os pelotenses a adquirirem terrenos na vila residencial Balneário Santo Antônio. Num desses anúncios, encontrava-se o seguinte texto:

Visite o pitoresco e encantador recanto á margem da Lagoa dos Patos, onde se está iniciando a construção de uma cidade em miniatura. Visitando-o, conhecerá a

⁷ [...] teve destaque na vida pública como vereador e presidente da câmara municipal respondendo pelo governo executivo em várias ocasiões. Após elegeu-se deputado estadual em 1936 pelo Partido Republicano Liberal chefiado por Flores da Cunha. Nesta época, na Assembléia Legislativa foi eleito presidente da Comissão de Constituições e Justiça [...] destacou-se também no terreno econômico como adiantado pecuarista no município de Bagé (DIÁRIO POPULAR, 31/05/1998).

ousada e já vitoriosa iniciativa que é a vila residencial balneária Santo Antônio. Sob o encanto de uma paisagem magnífica, onde as cores variegadas da vegetação contrastam com as plácidas águas da lagoa e com as límpidas areias de uma belíssima praia, sem dúvida sentirá que descansar ante tal cenário constitui uma forma toda particular de aproveitar as horas de lazer, retemperando as forças para o trabalho diário e... caminhar menos depressa para a velhice. E tudo isso está a apenas quinze minutos de automóvel da cidade. Ante tais circunstâncias, estamos certos de que lhe ocorrerá a ideia de adquirir um terreno na praia do Laranjal (DIÁRIO POPULAR, 17/12/1945 s/p).

Destaca-se a confluência de interesses entre os empreendedores e a imprensa local a fim de criar a cultura do veraneio. Conforme Bazcko (1991, p.31), “para conseguir a dominação simbólica é fundamental controlar os meios que são outros tantos instrumentos de persuasão, de pressão, de inculcação de valores e de crenças”. Os jornais locais apresentavam o novo projeto com tom extremamente enaltecido, procurando promover o empreendimento, como aponta o Diário Popular⁸ (26/02/1950 s/p) “a grandiosa obra elevará Pelotas a uma invejável situação, uma espécie de “*Miami Beach*”, em miniatura”.

Logo, a natureza não só estava sendo apenas apropriada e transformada em mercadoria pelo setor imobiliário, como também estava sendo produzida. Os setores jornalísticos engrandeciam algo que tem um potencial limitado para o turismo, pois as praias de lagoas e lagunas não despertam a atração de igual forma que as praias de mar. O ufanismo em torno do Laranjal pode ser lido na matéria intitulada “História em torno do Paraíso plantado às margens da Lagoa dos Patos. O Laranjal Será Transformado Numa Das Mais Belas Praias da América!” (DIÁRIO POPULAR, 26/02/1950, s/p).

No discurso da imprensa, a “natureza” também era usada como atrativo, procurava-se criar um processo de valorização imobiliária associada à ideia de beleza natural e sofisticação das moradias, “Onde a Natureza Estasia! A praia do Laranjal – um recanto agradável e delicioso” (OPINIÃO PÚBLICA, 05/05/1938, p. 7).

Nesse aspecto, é importante salientar o papel da simbolização na efetivação das novas práticas sociais, conforme salienta Bourdieu (2007, p. LX), “A reelaboração simbólica que o discurso efetiva é parte integrante da realidade social e, por esta razão, tal realidade é constituída, ou melhor, determinada pela própria atividade de simbolização”.

⁸O jornal Diário Popular, desde 1949 passou a ser dirigido por membros da família Fetter. Não por acaso, encontramos propagandas “otimistas” com relação à criação dos balneários do Laranjal.

Verificou-se que a imprensa local também mencionava os planos e metas para a construção da grande obra, “O capital da grande organização deverá ser realizado nos meios capitalistas, comercial e industrial de Pelotas, e, outra parte, em Porto Alegre e Rio de Janeiro” (OPINIÃO PÚBLICA, 14/12/1938, p. 4). O empreendedor tinha como estratégia a construção de um Hotel Cassino no Balneário do Laranjal, “a uns 20 metros da praia será construído um cassino, com ótimo restaurante, pista de dança, salas de estar, etc.” (DIÁRIO POPULAR, 20/01/1948, s/p).

Para a realização desse projeto, o empreendedor contava com a participação do empresário Antônio Dias da Costa, proprietário do Cassino da Urca, que se propôs organizar uma empresa ou sociedade mercantil para a exploração do hotel local. Um empreendimento no estilo do hotel carioca, associado ao espaço criado para segundas residências, geraria maior fonte de lucros ao empreendedor, acolhendo não só os veranistas, mas também os turistas que visitassem Pelotas. Ademais, embora os jogos tenham sido proibidos no Brasil em 1946, havia uma esperança por parte da elite frequentadora de que as casas de jogos voltassem a funcionar. No entanto, conforme relato de Ivone Assumpção⁹, esse tipo de empreendimento não chegou a ser concretizado: “Meu pai acabou substituindo a construção do hotel-cassino, pela construção do Laranjal Praia Clube” como mostra a Figura 2.



Figura 2: Laranjal Praia Clube com imagem da sua piscina.
Fonte: Foto da autora, 2011.

Nesse espaço, funcionaria um centro recreativo para os associados, principalmente, durante a época de veraneio com festas sociais, concursos de beleza e piscina.

A construção de piscina num clube localizado na praia está relacionada a dois fatores. Primeiro, demonstra que os proprietários fundiários já sabiam da variabilidade das condições de banho na

⁹Filha do empreendedor Antônio Augusto de Assumpção Junior em entrevista aberta à autora em outubro de 2011.
Revista Discente Expressões Geográficas – www.geograficas.cfh.ufsc.br
Edição nº 09 (ano IX), p. 11 -31. Florianópolis, Agosto 2014.

laguna. Segundo, evidencia o desejo de afastamento e demarcação de território da elite em relação ao público que frequentava o balneário.

OS ATORES SOCIAIS DA PRODUÇÃO DO BALNEÁRIO SANTO ANTÔNIO

Com o intuito de transformar sua propriedade no litoral de Pelotas em um grande investimento, Antônio Augusto de Assumpção Junior contou com a colaboração de diversos associados e profissionais, dentre esses, o arquiteto uruguaio Juan Carlos Di Luca. O mesmo ajudou na elaboração do projeto, nas vendas dos lotes e foi grande entusiasta da ideia de transformar o Laranjal numa cidade balneária aos moldes das praias uruguaias. Autointitulava-se “organizador de balneários”, sendo um dos responsáveis pela realização do projeto do Balneário Santo Antônio.

Dentre os profissionais técnicos envolvidos está o engenheiro agrônomo Adolfo Bender, que orientou a drenagem das áreas de banhados e os aterros, trabalho dificultoso devido à baixa declividade do terreno, estando muito próximo ao nível da praia. Na abertura de ruas, desviou algumas vias para preservar as figueiras existentes, assim como ajudou no transplante de figueiras e coqueiros para a beira da Laguna. Assim como Assumpção Junior, Bender também atuou nas vendas das unidades.

Os demais envolvidos no empreendimento foram os Srs. Francisco Agrifóglio e o uruguaio Washington Peres Ortegui. O primeiro era chefe de vendas. O segundo instalou escritórios em Buenos Aires e Montevideu para a venda de lotes. Conforme consta em notas jornalísticas, esses dois senhores participaram juntamente com os proprietários fundiários representados por Antônio Augusto de Assumpção Junior, seu irmão Artur de Assumpção e o engenheiro agrônomo Adolfo Bender, de um estudo através do qual foi avaliado o potencial econômico do empreendimento para Pelotas.

Esse conjunto de agentes formou o grupo dos promotores imobiliários do Balneário Santo Antônio, realizaram o financiamento, estudos técnicos (engenheiros, economistas e arquitetos), contratação de firmas especializadas para as mais diversas etapas do processo produtivo, ou seja, a incorporação imobiliária¹⁰, além de ocuparem-se com a comercialização dos lotes. Conforme Soares (2002, p.263), “algumas das primeiras sociedades imobiliárias da cidade foram constituídas

¹⁰ “A incorporação é a operação chave da promoção imobiliária, o incorporador realiza a gestão do capital- dinheiro na fase de sua transformação em mercadoria, em imóvel; a localização, o tamanho das unidades e a qualidade das edificações a serem construídas, assim como as decisões de quem vai construí-lo, a propaganda e a venda das unidades” (CORRÊA, 1989, p. 20).

pelos proprietários; ainda que progressivamente se perceba o domínio da sociedade de promotores profissionais na realização dos negócios imobiliários”.

O caso de sucesso do Uruguai com a experiência do turismo, no mesmo período foi tomado como exemplo. No país vizinho, “O turismo é a principal ‘indústria’. Com praias colossais, bem organizadas, cheias de atrativos, contando com ótimos hotéis e cassinos” (OPINIÃO PÚBLICA, 1950, s/p). Logo eles concluíram que, “a circulação de capitais dependeria de dotar o balneário de todos os recursos necessários ao conforto e bem estar da população” (OPINIÃO PÚBLICA, 1950, s/p). Nesse sentido, como estratégia para tornar uma praia de laguna atraente, além da construção do hotel cassino, previa-se a construção de:

Uma moderna “*Pelouse*” de tênis, dotada do que demais moderno existisse, com arquibancadas e etc; campo de Golfe, de acordo com os “*fields*” ingleses e norte-americanos, num terreno propício para a prática desse conhecido e aristocrático esporte; grande piscina; cancha de basquete e de vôlei (DIÁRIO POPULAR, 25/02/1950, s/p).

Estava nos planos do empreendedor desenvolver na orla lagunar de Pelotas uma urbanização diferenciada capaz de atrair, inclusive, compradores da região platina. Dessa forma, como apontam os jornais da época, a cidade balneária estava planejada para ser dividida em dois mil lotes. A construção das casas obedeceria a estilos elegantes, “não permitiremos a construção de barracos. Todas as residências, antes de iniciado o trabalho, terão suas plantas submetidas à nossa apreciação” (DIÁRIO POPULAR, 25/02/1950, s/p).

Esse depoimento dos empreendedores ao jornal indica um projeto de loteamento bastante elitizado. A planta seria traçada de acordo com as mais recentes determinações do moderno urbanismo da época. Suas ruas convergentes seriam amplas e arborizadas, assim como fartamente iluminadas. Haveria um bairro comercial, contendo casas de diversões, escolas, igreja, jardins públicos e um moderno hipódromo, como também um lago artístico. A cidade balneária iria dispor de todas as instalações próprias, tais como água, esgoto, luz elétrica, policiamento e transporte urbano.

Dentro desta perspectiva, o empreendedor pretendia não só produzir um espaço de segundas residências para o veraneio e fomentar o turismo para a orla lagunar de Pelotas, mas estimular a formação de uma comunidade balneária dotada com toda a infraestrutura e serviços urbanos, “Vamos possuir em breve, não um balneário apenas, para refúgio dos não menos abastados.

Vamos ter a suprema satisfação de possuímos uma nova e moderníssima cidade, como muito poucas poderão existir no país” (OPINIÃO PÚBLICA, 20/02/1941 s/p).

Chama atenção que o empreendedor do projeto, por ser um homem político, buscava preservar a sua imagem perante os eleitores. Assim, em algumas publicações, seus interesses particulares aparecem como uma grande obra para a sociedade como um todo, não deixando os menos abastados de fora, como mostra a citação acima. Mesmo assim, a essência de seu projeto não seria alterada. Dessa forma, foi acordado que, tão logo a empresa fosse constituída, os terrenos seriam vendidos com preços diferenciados, atendendo as diferentes classes sociais. O respectivo pagamento seria em prestações mensais em longo prazo. Assim, os melhores terrenos foram sendo ocupados pela elite. As áreas mais baixas, por demandarem maior número de aterros e infraestrutura eram mais baratas e foram ocupadas pela classe média. Porém, somente duas a três décadas mais tarde, pessoas de baixo poder aquisitivo ocuparam o Balneário dos Prazeres.

Observou-se que as propagandas bombardearam a opinião pública, criando uma grande “demanda” pelos promotores imobiliários e meios de comunicação, logo, antes mesmo da inauguração oficial do balneário, já havia vários proprietários de segundas residências, estimulados pela promessa de qualidade de vida e maior contato com a natureza na orla. A imprensa relatava que apesar da proximidade entre o centro urbano e o litoral lacustre, “a procura tem ultrapassado a mais otimista das expectativas, pois, somente em dois dias, foram transacionados mais de cem terrenos” (DIÁRIO POPULAR, 05/05/1950, s/p).

Conforme texto de Zilda Assumpção, esposa do empreendedor do balneário - sem data precisa (*apud* MASCARENHAS, 1994, p.13), “Os preços iniciais dos terrenos foram de quatro e seis mil cruzeiros, passando imediatamente para doze, dezoito e vinte mil cruzeiros e ninguém mais segurou a valorização e o progresso da Vila Residencial Balneário Santo Antônio”.

A CONSTRUÇÃO DA PONTE: ONDE SE CRUZAM O PÚBLICO E O PRIVADO

No que tange à execução da ponte sobre o Arroio Pelotas, obra de suma importância para a realização do empreendimento, o Sr. Antônio Augusto contou com o apoio da municipalidade e da sociedade civil. A convergência de interesses entre as esferas públicas e privadas levou o Poder Público Municipal a encarregar-se da construção na estrada para praia do Laranjal, pois havia o interesse municipal em desenvolver o turismo histórico e cultural, já que, por conta de seu passado histórico, Pelotas herdou vários casarões situados no entorno da praça central. Conforme

apontam os autores Hall, Lumley, Mc Lennan (1983, p.67), “Na organização da hegemonia na sociedade capitalista, o bloco dominante mobiliza os órgãos tanto da sociedade civil como do Estado”.

No entanto, frente à demanda de serviços prioritários, a ponte foi deixada em segundo plano pelo Poder Público Municipal, fazendo com que o empreendedor buscasse outros auxílios. Conforme noticiou o Opinião Pública (22/05/1941, p.4), o Coronel Cordeiro de Farias, em visita ao Laranjal, prometeu auxílio oficial para a ponte. A sociedade pelotense através de suas ações demonstrava que “há muitos anos ansiava para que a linda praia do Laranjal – esse maravilhoso recanto do nosso município, beijado docemente pela brisa fagueira da Lagoa dos Patos – tornasse um dia, na mais palpitante realidade” (OPINIÃO PÚBLICA, 20/02/1941, s/p). O investimento público com a ponte, apesar de ser divulgado nos meios publicitários, tornou-se realidade vários anos depois.

As obras da ponte iniciaram em julho de 1947, com capital privado. Neste período, centenas de carros e caminhões, conduzindo banhistas para o Laranjal, ainda cruzavam o arroio Pelotas a bordo das balsas. Relatos apontam que aos domingos, formavam-se filas intermináveis rumo ao Laranjal, que eram comparadas a uma romaria.

A necessidade de conclusão das obras da ponte do Laranjal foi noticiada por diversas vezes no Diário Popular. O mesmo a criou uma campanha em prol do apoio municipal para a obra. Em 1948, a municipalidade, sob nova administração, determinou o término da ponte. A lei orgânica do município, promulgada em 1948, indicava que ele deveria “fomentar o turismo, proporcionando condições de acesso à praia do Laranjal, onde seria construído um balneário com higiene e conforto”. Para isso, seria desenvolvido o projeto dos balneários e se realizaria a construção de uma ampla avenida arborizada para conecta-los à cidade. Assim, ao se aproximar do período do veraneio, o Sr. Adolfo Fetter, vice-prefeito e futuro investidor no balneário, determinou que os trabalhos fossem acelerados.

Na Câmara Municipal foi aprovado o projeto de lei que criou a cobrança de uma taxa de pedágio. O valor arrecadado seria destinado ao calçamento da estrada de acesso ao Laranjal até que a prefeitura fosse indenizada pelas despesas com a construção da ponte e da estrada. Dessa forma, já no verão 1948-1949, o projeto de lei mostrava seus bons resultados, apesar de existirem aqueles contrários ao pagamento do pedágio. O argumento era que se tratava de um investimento com retorno ao povo pelotense. Contudo, a inauguração oficial da ponte só ocorreu em dezembro de 1948, sendo que a primeira etapa do loteamento foi protocolada pelo empreendedor no verão de 1949.

A construção da ponte facilitou o trajeto às praias, atraindo um grande público, antes mesmo da solenidade de inauguração do primeiro loteamento e da própria ponte.

Para a construção da avenida de acesso à praia, como apontou Soares (2002, p. 349), foi doado parte dos terrenos de Luiz Assumpção, Edgar Maciel de Sá e Hugo Almeida. O autor aponta que as doações de terrenos por esses proprietários foram planejadas e que suas terras obtiveram uma fabulosa valorização por conta da infraestrutura pública.

O DESENCANTO DA NATUREZA: A FALTA DE BALNEABILIDADE DA PRAIA DO LARANJAL E INFRAESTRUTURAS BÁSICAS

Após a conclusão da ponte, um grande número de pessoas passou a desfrutar do espaço da praia do Laranjal, antes mesmo do término da construção das principais obras. Conforme publicado nos jornais da época, o uso da praia, sem que as obras de saneamento da primeira etapa do balneário fossem concluídas, acabou por comprometer a qualidade da água para o banho na laguna e, de igual forma, a água dos poços de abastecimento doméstico. O Centro de Saúde Municipal advertia e recomendava à população ter certos cuidados com as doenças propagadas pela água, “até ontem vinham os banhistas bebendo uma água impura e deveras perigosa para a saúde, tanto que o que colhemos já se verificou alguns casos de tifo e muitas outras moléstias gástricas” (ETCHEVERRY, 1948, p.18).

Dado o seguinte contexto, surge o questionamento: “Teria sido realmente a demanda por veranistas, ao usarem a praia sem saneamento, que provocou a contaminação das águas em 1948, como apontavam os jornais?”

Antes da década de 1980, não havia a exigência de controle da qualidade das águas dos balneários no Rio Grande do Sul e as pesquisas existentes eram restritas e pouco divulgadas, mesmo assim, algumas hipóteses foram levantadas sobre o assunto.

É sabido que os recursos hídricos da cidade não recebiam nenhum tratamento e que, através do canal São Gonçalo, a Laguna recebia, além do esgoto doméstico, os dejetos da indústria charqueadora e, posteriormente, das indústrias que surgiram com o avanço tecnológico, o que permitiu o aproveitamento dos subprodutos da atividade principal (PESAVENTO, 1985). Dentre essas indústrias, destacam-se os curtumes, frigoríficos, fábricas de sabão, de velas e de cervejas, além de inúmeras indústrias alimentícias, todas com grande emissão de efluentes com potencial poluidor.

Com a intensificação da urbanização do Pós-Guerra, Pelotas cresceu, contudo, não deu conta dos serviços urbanos básicos, como o tratamento prévio dos resíduos, tanto de esgotos cloacais, quanto de industriais. Esses dejetos urbanos, somados aos esgotos sanitários sem tratamento gerados pelos banhistas, significaram um grande volume de poluentes nesse trecho da orla. Os dejetos, por conta da formação geomorfológica, da dinâmica natural de circulação das águas, e de variáveis climatológicas, como regime de chuvas e direção dos ventos nos meses de verão, concentraram-se na enseada do Laranjal, provocando a contaminação dos balneários já naquele período.

Os trabalhos de análises químicas das águas da Laguna realizados pela UFPEL, desde 1978, vêm comprovando que:

Os banhos não são aconselháveis na Barra da Lagoa. É que ali desembocam os dejetos de toda a cidade, via Canal São Gonçalo, o que deixa a água naquele local sem balneabilidade [...] Isto se deve à configuração geográfica do Laranjal. Exatamente nos dois principais balneários se forma uma enseada onde se acumula matéria orgânica, especialmente nos meses de verão (DIÁRIO POPULAR, 25/12/1991, s/p).

No entanto, mesmo com os problemas com a falta de balneabilidade, o uso do balneário antecipadamente acabou trazendo outros transtornos aos veranistas e problemas para a municipalidade. Conforme consta no Diário Popular (25/01/1949, s/p), “às seis horas da manhã já era muito difícil conseguir-se um lugar à sombra. Centenas e centenas de automóveis cortavam a estrada, uns desafiando o sangue frio dos passageiros, outros menos perigosos e outros ainda ‘atolados’ em plena areia”. A figura 3 retrata o grande público na orla lagunar em janeiro de 1949.



Figura 3: Orla lagunar no verão de 1949.

Fonte: Ponto de Cultura UCPel.

A imprensa destacava problemas que envolviam a saúde pública, o acesso às praias, o saneamento e o policiamento. O primeiro é retratado pelo depoimento de um veranista que se encontrava

acampado à beira da praia: “Às segundas feiras, o mau cheiro é insuportável em certos lugares, os detritos orgânicos são jogados por toda a parte, mesmo até no meio da estrada” (DIÁRIO POPULAR, 25/01/1949, s/p). Tal situação representou um enorme perigo à saúde pública de uma forma geral, ocorrendo inclusive, a ampla divulgação de campanhas de vacinação contra a febre tifóide nessa época.

O segundo problema refere-se ao acesso ao Laranjal que ainda possui várias facetas. De um lado surgiram muitas reclamações por parte daqueles que não podiam desfrutar do novo lazer, seja por não possuírem veículos próprios e condições de pagar o ônibus para toda a família, seja por aqueles que desistiam por não conseguirem lugares nos primeiros ônibus. Por outro lado, também havia a falta de guardas de trânsito no município, o que gerava insegurança no trajeto.

A dificuldade de acesso ao Laranjal foi contornada pelo poder público, que conseguiu uma licença para o transporte de passageiros em caminhões, até que se organizasse um serviço completo de condução para a orla. Para isso, foi organizada uma equipe de fiscais de trânsito que cuidaram da segurança no trajeto, contornando o problema de acesso às praias.

Por motivos de saúde, Antônio Augusto de Assumpção Junior vendeu o loteamento Vila Residencial Santo Antônio ao vice-prefeito Sr. Adolfo Fetter, vindo a falecer anos após. O êxito do empreendimento demonstrou a demanda criada no período anterior, e as possibilidades financeiras incentivaram os outros herdeiros da família Assumpção a incorporarem também suas propriedades à cidade.

Contudo, uma área nobre do loteamento residencial não foi vendida para o vice-prefeito. Tal área corresponde ao empreendimento batizado de Colina Verde, construído em local topograficamente privilegiado, pois ocupa um dos terrenos de maior altitude. Esse loteamento foi executado pela Sr.^a Zilda Assumpção, esposa do fundador do balneário Santo Antônio, sua filha Ivone e seu genro Gilberto Demari Alves no início dos anos 1980.

A partir de 1950, com a aprovação do novo plano de saneamento, Pelotas passa a mudar a sua morfologia. Além da criação do balneário Santo Antônio, surgem novos bairros e vilas na cidade que já apresentava uma população de 127.641 habitantes (IBGE *apud* VIEIRA, 2005, p.125). No final da década de 1950 é criada a Vila Residencial Balneário Valverde, aprovada em 1959, e o Balneário dos Prazeres, aprovado em 1960.

A Figura 4 mostra a extensão da Avenida Antônio Augusto de Assumpção Junior, apesar da imagem não ser datada, pelas características da paisagem, imagina-se que corresponda ao final dos anos 1960, início dos anos 1970.



Figura 4: Avenida Antônio Augusto de Assumpção Junior.

Fonte: CPDOC, Centro de Pesquisas e Documentos Nelson Nobre Magalhães (s/d).

É notável que essa paisagem está muito distante da imagem propagandeada pelos empreendedores imobiliários, pois a orla nem ao menos possuía um passeio público adequado. Observa-se que a produção desse espaço não se efetivou conforme o planejado, mas os empreendedores obtiveram lucros substanciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A zona costeira é uma área de intensas atividades biológicas e geomorfológicas, fazendo dela uma região peculiar e vulnerável as atividades humanas. No entanto, suas paisagens são capazes de gerar atributos para se extrair uma renda diferenciada no valor do solo. As áreas litorâneas, de forma geral, tornaram-se elemento paisagístico importante em função da especulação imobiliária, como as parcerias e as operações urbanas, que atuam numa lógica que vincula o estímulo ao consumo à criação de novas práticas sociais, a formação de capital ao negócio da terra, interesses imobiliários à associação do Estado e a valorização dos capitais privados. Em outras palavras, o capitalismo encontrava uma nova inspiração na conquista do espaço, evidenciado a importância deste para a sua reprodução.

O trabalho teve como motivação contribuir, tanto para à história da cidade de Pelotas, quanto para a reflexão sobre a práxis socioespacial das áreas costeiras procurando ressaltar a importância

do lado subjetivo do processo de produção do espaço. A análise de diversas publicações e documentos possibilitou a realização de uma das possíveis leituras da cidade a do campo simbólico. As lutas simbólicas não podem ser vistas como mera expressão das relações de poder, pois elas atuam sobre o campo das práticas, elas reelaboram as práticas.

Assim, o trabalho procurou mostrar a mutua dependência entre os procedimentos materiais e simbólicos aqui como estratégia trans-escalares de agentes envolvidos nos processos de urbanização do litoral lagunar pelotense, bem como os conflitos decorrentes desse processo.

Setores da elite local atuaram na produção do espaço-praia tendo, como instrumento de ação o domínio dos aparelhos do Estado e da imprensa local. Os jornais inundaram a opinião pública com propagandas que engrandeciam uma praia de laguna e ressaltavam a qualidade de vida junto à natureza, bem como a sofisticação do empreendimento. No entanto, apenas lotearam de forma precária os terrenos à beira da laguna, sendo que as obras de saneamento e obras viárias ainda hoje estão incompletas, não existindo, por exemplo, banheiros públicos na praia, onde se conclui que nos setores voltados às classes mais baixas a falta de infraestrutura permanece ainda maior.

A busca de profissionais com experiência no ramo imobiliário de áreas costeiras e o uso de um discurso bem elaborado de justificativa da construção de um balneário em Pelotas, indica que o local, estava conectado ao global. Todavia, as condições de implantação do empreendimento não ocorreram conforme o planejado e as lideranças sucessoras de Antônio Augusto Assumpção não tiveram o mesmo entusiasmo com os loteamentos. A ação do Estado na criação dos balneários de Pelotas é parte de um jogo histórico, no qual determinados setores impõem a sua visão de planejamento conforme seus interesses. Com o crescimento da cidade, os balneários e demais trechos da orla passaram a suprir a necessidade de áreas verdes, para o lazer da sociedade pelotense como um todo. Em contrapartida não houve um planejamento urbano-ambiental abrangente e de longo prazo, tornando a urbanização dos mesmos, sempre insuficiente e com agravantes ao frágil ambiente costeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAZSKO, B. **Los imaginários sociales**: memória y esperanzas coletivas. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1991.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CARLOS, A. F. A. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1994.

CASTRO, Consuelo; MORALES, Esteban. **La zona costera: médio natural y ordenacion integrada**. Santiago de Chile: Instituto de Geografía (PUC), 2006. (serie Geolibros).

CPDOC. **Centro de Pesquisas e Documentações Nelson Nobre Magalhães**. Laboratório de acervo digital da Universidade Católica de Pelotas.

CORBIN, A. **Território do vazio: a praia e o imaginário ocidental**. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

DIÁRIO POPULAR, **Jornal**, Pelotas. Edições 20/01/1948; 25/01/1949; 25/02/1950; 05/05/1950; 26/02/1950; 15/11/1952; 25/12/1991; 31/05/1998.

ETCHEVERRY, J. V. **Laranjal até 1947**. Pelotas: Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas, 1996 (Coleção Cadernos de Pelotas V. 1, n.29).

_____. **Laranjal de 1948 a 1979**. Pelotas: Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas, 1997 (Coleção Cadernos de Pelotas V.2, n.47).

_____. **Laranjal de 1982 a 1992**. Pelotas: Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas, 1998 (Coleção Cadernos de Pelotas, V.3, n.54).

HALL, S; LUMLEY, B e MC LENNAN, G. Política e ideologia: Gramsci. In: Centre for Contemporary Cultural Studies da Universidade de Birmingham. **Da Ideologia**. Rio de Janeiro: 2. ed. Zahar, 1983.

HARVEY, D. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2000.

HOBSBAW, E. **A era do capital: 1848-1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. 3. ed., Belo Horizonte: UFMG, 2008.

_____. A sociedade burocrática do consumo dirigido. In: _____. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991. p.77-119.

MACHADO, H. C.F. A construção social da praia. **Sociedade e Cultura 1: Lazer, Saúde, Tradição, Emprego, Identidades e Desenvolvimento**. Série Sociologia, Vol. 13 (1), Universidade do Minho, 2000, p.201-218.

MASCARENHAS, I. **Balneário Santo Antônio: relatos, textos e fotografias do Laranjal**, Pelotas: Livraria Mundial, 1994.

MORAES, A. C. R. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro**. São Paulo: Hucitec; Edusp, 2007.

OPINIÃO PÚBLICA, **Jornal**, Pelotas. Edições 05/05/1938; 14/12/1938; 20/02/1941; 22/05/1941; 1950.

PESAVENTO, S. J. (coord.). **O espetáculo da rua**. POA: UFRGS, 1996.

_____. **História da indústria sul-rio-grandense**. Guaíba: Riocell, 1985.

SANTOS, M. **Metamorfose do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1996. 126 p.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2008.

SEELIGER, U; CARDOZZO C; BARCELLOS L. **Areias do Albardão: um guia ecológico ilustrado do litoral no extremo sul do Brasil**. Rio Grande: Ecoscientia, 2004.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SOARES, P. R. R. **Del proyecto urbano a la producción del espacio:** morfología urbana de la ciudad de Pelotas, Brasil, 1812-2000. Tese de Doutorado, Universidad de Barcelona, 2002.

TOMAZELLI, J.; VILLWOCH, J. A. O cenozóico Costeiro do Rio Grande do Sul. In: HOLZ, M; DE ROS, L. F. **Geologia do Rio Grande do Sul**. 2000, p.375-406.

VIEIRA, S. G. **A cidade fragmentada:** o planejamento e a segregação social do espaço urbano em Pelotas. Pelotas: EDUFPEL, 2005.

VOIVODIC, R. A. A. **Gestão ambiental e gerenciamento costeiro integrado no Brasil:** uma análise do Projeto Orla em Cabo Frio – RJ. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.